

POVO ENTRE SERRAS: AS MUDANÇAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL APÓS PROCESSO DE ESTADUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO

Antonia Marina Pereira dos Anjos *

Flaviana Monteiro de Carvalho*

João Luiz da Silva **

RESUMO

O presente trabalho trata da educação escolar indígena desde o modelo colonizador até o processo de estadualização, retratando as conquistas garantidas no decorrer deste processo, como também as mudanças sucedidas desde que as instituições de ensino passaram a ser administradas pelos educadores do Povo. O grande foco é dado ao modelo de gestão escolar, a educação escolar imposta e os direitos constitucionais, e ao processo de demarcação dos restantes de terras, fator primordial para a afirmação da identidade do referido povo, que lutou e luta por uma educação de qualidade, diferenciada e intercultural.

Palavras-chave: Povos indígenas, Educação Indígena, Políticas públicas.

ABSTRACT: 'ENTRE SERRAS' INDIGENOUS PEOPLE: CHANGES IN THE EDUCATIONAL CONTEXT AFTER PERNAMBUCO INDIGENOUS SCHOOLS STATEMENT PROCESS IN BRAZIL

The present work deals with indigenous school education from the colonizing model to the staging process, portraying the achievements guaranteed during this process, as well as the changes that have taken place since the educational institutions began to be administered by the educators of the People. The main focus is given to the model of school management, imposed school education and constitutional rights, and to the process of demarcation of the remaining lands, a prime factor for the affirmation of the identity of the said people, who fought and fight for a quality education, Differentiated and intercultural.

Keywords: Indigenous Peoples, Indigenous Education, Public Policies

* Professoras do Povo Indígena Pankararu Entre Serras, Especialistas em Educação Intercultural no Pensamento Decolonial. Email: antoniamarina.pereira@gmail.com;

** Professor Orientador, Instituto Federal de Educação Sertão de Pernambuco Campus Floresta. E-mail: joao.lui@ifsertao-pe.edu.br

INTRODUÇÃO:

A educação escolar no Povo Entre Serras, por várias décadas foi estruturada por um modelo educacional colonizador, o qual era imposto de forma homogênea nas comunidades indígenas de maneira a não reconhecer as especificidades culturais do referido povo. Devido a essas circunstâncias, crianças e jovens das respectivas comunidades eram inseridas dentro de um contexto escolar onde as práticas de ensino enfatizavam apenas os conhecimentos da sociedade envolvente, sem fazer menção aos saberes do povo. Sendo que a escola nesta época desenvolvia uma prática de ensino onde os educandos pensassem na existência de uma cultura universal, que não os reconheciam como um povo dotado de uma cultura constituída de características próprias. Diante da realidade, o Povo Entre Serras, assim como os demais povos indígenas, demonstraram uma insatisfação sobre a conjuntura política do Estado Brasileiro acerca do que explicitava os textos constitucionais anteriores à Constituição de 1988 que não assegurava os direitos coletivos dos

povos indígenas. Com tudo esse processo colonizador implantado no Brasil desde 1500, caracterizado como dominante e destruidor, se fez presente por várias décadas dentro das comunidades, procriando a homogeneização cultural, e sua extinção ambicionada pelo colonizador cuja pretensão consistia no desaparecimento desses povos.

Partindo deste contexto, buscamos descrever por meio do trabalho de pesquisa como era a educação escolar nas comunidades de Entre Serras quando as instituições viviam sobre administração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e dos gestores municipais das cidades de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, Pernambuco. Com a realização da pesquisa pretendeu-se deixar registrado informações acerca dos métodos de ensino utilizados pelos professores não indígenas antes das escolas serem estadualizadas, bem como as mudanças ocorridas no contexto educacional após o processo de estadualização das instituições, e ao mesmo tempo mencionar as leis vigentes que asseguram os direitos dos povos indígenas a terem em suas escolas

um ensino que priorize a vivência dos saberes tradicionais dos Entre Serras e os demais povos indígenas de Pernambuco.

Mas, para compreensão do processo de educação escolar indígena e as mudanças nas práticas de ensino e aprendizagem, algumas hipóteses nortearam a iniciação da pesquisa que surgiram diante dos seguintes questionamentos: Quais as mudanças ocorridas no contexto educacional após o processo de estadualização das Escolas Indígenas? Como é organizado o Modelo de gestão do Povo Entre Serras? Quais conquistas foram alcançadas dentro do território após o processo de estadualização das Escolas indígena? Como era a educação escolar antes da estadualização das escolas?

O trabalho de pesquisa foi realizado com a participação de moradores da aldeia Barroão e da aldeia Serrinha que estudaram na escola tradicional, como também professores da Escola Estadual Indígena Santa Clara e Escola Estadual Indígena Logradouro, que vem atuando há mais de dez anos na educação escolar indígena, e estudantes de ambas as instituições

que responderam às perguntas objetivas e entrevistas com lideranças que participaram da demarcação do território e do processo de estadualização das escolas do Povo Entre Serras. Para melhor aprofundamento da pesquisa e da coleta de dados foram consultados textos bibliográficos que tratam da educação escolar indígena de Pernambuco, Projeto Político Pedagógico, entre outros que serviram de suporte para a realização deste trabalho.

1 Território Entre Serras e Organização Social

O povo Entre Serras está localizado entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, Estado de Pernambuco, ocupando uma área de 7.755 hectares com uma população de 3.022 indígenas. A população de Entre Serras está dividida em doze aldeias, dentre estas cinco aldeias fazem limitação com as duas terras indígenas Entre Serras e Pankararu, sendo esta demarcada, reconhecida e homologada sob decreto presidencial de 19 de dezembro de 2006. Os Entre Serras tem sua origem histórica no Povo Pankararu

e conforme sua historicidade o território era de aproximadamente 14 mil hectares, mas no processo de demarcação apenas 8.100 hectares foram reconhecidos, ficando 7.755 hectares de fora do território Pankararu. A partir de então lideranças iniciaram um processo de luta reivindicando o restante da terra não demarcada. Desde então lideranças Pankararu se uniram para obterem as terras que atualmente corresponde a Entre Serras. Na época, Dona Hilda Bezerra, com a titulação de cacique na qual foi designada após a morte de seu João Tomais, nomeou algumas lideranças e representantes como pajé, vice-cacique e lideranças com o apoio das comunidades. A partir de então, começaram a se mobilizarem dentro e fora do território com o intuito de conseguirem a conquista do restante das terras. O processo de demarcação que originou o atual povo não foi nada fácil: segundo lideranças surgiram empecilhos e atritos no decorrer da caminhada. Muitas vezes as críticas partiam dos próprios indígenas que não aceitavam a nova organização em razão de alguns indígenas terem se

relacionados com não indígenas, constituindo laços familiares, e os posseiros que se recusavam em deixar as terras e suas moradias.

Somente em 2006 saiu a primeira publicação em Diário Oficial da homologação do território com as 7.755 hectares das terras que não foram contabilizadas no momento da primeira demarcação da terra Pankararu. Com publicação em Diário Oficial o povo continuou se organizando cada vez mais para enfrentar as batalhas que vinham a surgir, dentre elas a organização da saúde, da educação e o deslocamento de algumas famílias que residiam dentro do território Pankararu, passando a morar no território Entre Serras nas aldeias Mundo Novo, Lagoinha, Piancó e Salão. Com a conquista do território, o povo alcançou outras vitórias através da sua própria organização, na época conduzida pela Cacique Hilda Bezerra e demais lideranças que lutam por saúde de qualidade, e por uma educação específica e diferenciada. Através das lutas e reivindicações dessas lideranças, em articulação com o movimento de professores indígenas, foi efetuada a estadualização das escolas indígenas

das aldeias Lagoinha, Mundo Novo, Salão, Barriguda, Logradouro, Barroão e Carrapateira. Diante das lutas travadas pelas lideranças contra as imposições estabelecidas pelo estado brasileiro conseguiram junto com a equipe de professores e coordenadores mais uma conquista, uma cadeira no Conselho de Educação Escolar Indígena de Pernambuco – CEEIN e um assento na Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE. Apesar das conquistas já adquiridas, o Povo Entre Serras vem nos últimos anos lutando pela indenização do restante de suas terras ocupadas por não indígenas com aglomeração maior de famílias na comunidade Sítio Folha Branca.

Em tempos passados os mesmos viviam organizados em pequenos grupos num lugar denominado Cana Brava, sendo que neste espaço preservaram os costumes e as tradições nos quais vivenciam até hoje. Há séculos foram submetidos ao contato com os colonizadores, e em razão disso os costumes culturais vem sendo reelaborados por causa do contato que se tem com a cultura imposta, sendo preciso adaptar a novas

condições para possam continuar resistindo às imposições do pensamento colonizador. Os Entre Serras em dias atuais convivem dentro de um espaço constituído de saberes tradicionais e as comunidades envolvidas tem autonomia podendo opinar e ampliar os conhecimentos que aprendem em convívio com os mais velhos da aldeia.

Antes do reconhecimento territorial, a população Entre Serras era assistida pelos Pankararu e somente após a conquista do território surge uma nova organização, tanto na saúde como na educação. Atualmente a organização social do Povo Entre Serras é constituído pelo que mais se preza, os saberes tradicionais que envolvem a participação do cacique, pajé, lideranças e comunidades.

Dentro desta organização social constatamos que a organização na saúde tem um caminho semelhante ao movimento da educação. Contamos com a presença da Secretaria Especial e Saúde Indígena – SESAI, onde tem um polo base que está localizado na cidade de Tacaratu, composto por um médico, um dentista, dois

enfermeiros auxiliares, um agente de Saúde por comunidade e dois técnicos de enfermagem. Mesmo tendo assistência da equipe de saúde, o povo mantém sua essência que se apresenta através da crença que se tem nos saberes tradicionais, manifestam a sua fé na cura por meio dos rezadores¹, usando as ervas medicinais encontradas nas aldeias que são utilizadas para curar e prevenir as enfermidades físicas e espirituais.

A organização escolar caminha de acordo com a especificidade do povo, no entanto temos oito escolas dentro do território Entre Serras, compostas por um coordenador geral, professores que desempenham a função de secretários, gestores, bibliotecários, coordenadores pedagógicos e professores que atuam em sala de aula. A organização escolar tem como função social formar estudantes guerreiros e participativos, onde se trabalha priorizando os saberes tradicionais e específicos do Povo, visto que a intencionalidade dos envolvidos no processo de ensino e

aprendizagem é contribuir no conhecimento da sua história, no fortalecimento da identidade étnica, e na autocrítica para que se formem jovens que estarão futuramente a serviço da comunidade, participando do processo de luta do seu povo.

Contudo, foi necessário a criação de um modelo de gestão escolar que seguisse os critérios diferenciados e específicos que as escolas indígenas exigem, e através disso criaram a Central de Organização das Escolas Entre Serras – COEES. E a partir da COEES foram selecionados professores para coordenarem nas diversas modalidades de ensino e disciplinas tanto indígenas como não indígenas. Foram selecionadas pessoas para gerenciar os trabalhos burocráticos de secretaria e gestão sendo um coordenador geral que se encarrega de participar das reuniões e movimentos e de articular com os demais professores; um ou dois educadores de apoio por escolas dependendo da demanda de turmas; um gestor por escola totalizando oito gestores. A partir desta organização tem sido possível ofertar uma educação de qualidade

¹ São as pessoas da aldeia que tem os conhecimentos específicos e o dom de curar as pessoas por meio da reza.

aos indígenas inseridos nas escolas do povo que conta com a presença e participação dos anciões que detém os conhecimentos específicos, como também professores de artes indígenas que vem desenvolvendo um trabalho voltado para a preservação da culturalidade do Povo.

2 Breves Considerações sobre o Processo de Estadualização das Escolas Indígenas

Ao tratar do processo de estadualização das escolas indígenas é notório que tudo se inicia a partir da resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação, que garante aos povos indígenas uma educação diferenciada com a criação da categoria escola indígena, reconhecendo-lhe a condição de escolas “com normas e ordenamentos jurídicos próprios”, garantindo a autonomia pedagógica e curricular para as escolas indígenas propiciando garantir a formação específica em serviço dos professores indígenas, fixando também Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas onde a oferta e execução da educação indígena ficaria sobre

responsabilidade da esfera estadual, com níveis de modalidade e de ensino da educação indígena onde apresenta e determina a estrutura e funcionalidade da escola.

A partir de então professores e lideranças começaram a se organizar com a pretensão de buscarem melhorias que contemplassem e viessem assegurar cada vez mais a educação escolar indígena nas suas comunidades. Mas somente em 1994 o primeiro Seminário de Educação Escolar Indígena aconteceu no Recife, promovido pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com Ministério da Educação. Neste contexto, a pretensão do movimento seria a discussão de implantação de uma política de educação indígena para o estado de Pernambuco. Neste movimento o Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF aparece e começa um trabalho com os povos indígenas, dando início no povo Xucuru do Ororubá, e em 1999 o trabalho do CCLF foi inserido nos demais povos para a criação do projeto que se baseava na realidade dos povos indígenas. Neste mesmo contexto, o movimento da Comissão de Professores Indígenas de

Pernambuco - COPIPE junto com as lideranças de base e a comunidade educativa fortaleciam as discussões sobre educação escolar indígena.

No entanto, tudo passa a tomar uma nova direção quando o Estado Brasileiro legislou e publicou uma ampla documentação que definiu diretrizes e princípios conceituando e regularizando a política de educação escolar para as comunidades indígenas, pautando a questão indígena, o direito a educação específica e diferenciada de modo a fazer parte do debate das entidades governamentais, sociais e indigenistas. Nesta época, foi publicada a resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação que fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, onde a oferta e execução da educação escolar indígena ficaria sobre responsabilidade do estado. Diante das lutas e organizações os povos indígenas tiveram suas escolas estadualizadas sob Decreto nº 24628 de 12 de agosto de 2002 que estabelece a estadualização do ensino indígena no âmbito da educação básica no sistema de ensino do estado de Pernambuco.

Somente em 2003 as escolas passaram a funcionar com a presença dos professores indígenas. Nesta época os municípios se recusavam em fazer a liberação dos prédios, assim como a remoção dos professores não indígenas que ocupavam as instituições de ensino. Os professores indígenas efetivos do município sentiam-se ameaçados pelos gestores municipais quando se envolviam nas lutas pela garantia de terem as escolas estadualizadas. Em princípio, após o processo de estadualização alguns professores não tinham formação concluída, e para a contratação eram cobrados pela Gerência Regional de Educação que insistia em desconsiderar o que diz a Resolução 03/99 quando garante a formação do professor indígena em exercício.

A partir do decreto que garante a estadualização das escolas, os professores assumem as escolas quebrando com as imposições do estado, e devido às mudanças acontecidas algumas escolas localizadas no povo Entre Serras, como Escola Santa Clara, Escola logradouro, Escola Princesa Isabel e Escola Barriguda que ficavam dentro do território de Entre Serras,

mas administradas pela equipe de gestão dos Pankararu, foram estadualizadas em 2002 juntamente com as escolas do Povo Pankararu, tendo como mantedora o Governo do Estado de Pernambuco e jurisdicionada pela Secretaria Estadual de Educação – SEE, passando a ser administradas pelo novo modelo de gestão do Povo Entre Serras no ano de 2006.

As escolas do Povo Entre Serras passaram por dois processos de estadualização, sendo que as escolas Salão, Escola Lagoinha e Escola Mundo Novo, localizadas no município de Petrolândia, foram estadualizadas no ano de 2009 sob o decreto nº8206 de 06 de outubro, com publicação no D.O. Em 07 de outubro de 2009.

Atualmente as escolas indígenas não são mais consideradas um espaço limitado ao processo de ensino e aprendizagem. Essa concepção não se centraliza somente aos nossos educandos, mas sim no envolvimento de todo o coletivo para que assim este novo modelo de escola esteja aberto ao diálogo buscando desenvolver suas ações educacionais de forma solidária a partir das proposições

existentes em sua realidade, oportunizando uma relação harmoniosa entre escola e comunidade, cumprindo sua função social de forma democrática enquanto espaço de consolidação do compromisso e de responsabilidade onde são cumpridas as proposições específicas sobre a educação indígena e educação escolar indígena. O papel primordial entre escola e comunidade se dá a partir da interação de ambas e deste modo as escolas buscam em suas relações o desenvolvimento de uma educação com fortalecimento cultural fundamentado no artigos 210 da constituição de 1988, que garante o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

3 Educação Escolar Imposta e os Direitos Constitucionais

Por várias décadas a educação escolar desenvolvida no Povo Entre Serras teve a presença de professores não indígenas que foram trazidos pela FUNAI e pelas Secretarias Municipais de Educação. A educação escolar ofertada na época era desenvolvida sem fazer referência às especificidade do povo,

as práticas de ensino seguiam um modelo educacional que não contribuíam para o crescimento intelectual e cultural das crianças e dos jovens. Nesta concepção os conteúdos eram transmitidos pelos educadores como verdades absolutas, os jovens não tinham a oportunidade de questionar sobre qualquer tipo de dúvida acerca do que eram ensinados, os conhecimentos prévios dos alunos tampouco eram levados em consideração, como também a participação dos mesmos nas aulas, apenas ouviam e memorizavam os conteúdos propostos pela escola tradicional, sendo que o desenvolvimento do ensino era baseado no método do assoletramento, que não contribuía de modo algum para a formação crítica dos jovens.

Por volta da década de 1960 e 1970 os métodos de ensino eram marcados por uma prática ditatória, onde crianças e jovens eram castigados severamente, ficando ajoelhados em cima de pedras, caroços de milho e sofriam também pancadas de palmatórias quando erravam questionamentos feitos pelos professores sobre determinado

conteúdo, sendo que essa prática de ensino não produziam conhecimentos, simplesmente designava um distanciamento contínuo entre o próprio saber, provocando um distanciamento entre os indígenas com sua própria realidade. Conforme Alves (2000, p.18)

Os métodos clássicos de tortura escolar, como a palmatória e a vara, já foram abolidos. Mas poderá haver sofrimento maior para uma criança ou adolescente que ser forçado a mover-se numa floresta de informações que ele não consegue compreender e que nenhuma relação parece com sua vida.

Atualmente esses métodos de ensino não existem mais, no entanto muitos jovens das comunidades passaram pela escola tradicional onde as práticas de ensino desenvolvidas no contexto escolar não produziam o conhecimento do indivíduo, apenas mantinham uma distância do seu cotidiano através do que a escola ensinava.

Os professores trazidos pela FUNAI ensinavam na escola Marechal Rondon na Aldeia Serrinha e na escola Dr. Carlos Estevão na aldeia Brejo dos Padres, ambas localizadas no Povo Pankararu, alguns destes professores passaram a morar na

aldeia originando um ensino limitado que fazia com que crianças e jovens frequentassem a escola até conseguir escrever o nome, outras concluía somente a quarta série primária, as escolas não ofereciam outras modalidades de ensino e com isso as crianças e os jovens repetiam a mesma série. Aqueles que não queriam se submeter a esta situação procuravam as escolas da cidade com a intenção de concluírem apenas a 5ª série, no entanto acabavam desistindo em razão da distância que enfrentavam a pé da aldeia até a cidade, bem como a falta de recurso financeiro para comprarem o material didático e o fardamento exigido à época. Os poucos jovens que conseguiram finalizar os estudos tiveram que morar em casa de parentes nas cidades retornando a aldeia apenas nos finais de semana.

Sendo as escolas pertencentes ao poder público municipal, ofereciam um ensino que os distanciavam da sua própria realidade tornando desconhecida a cultura e a tradição do seu povo, e mesmo a partir do decreto presidencial nº 26/1991 que transfere as escolas da FUNAI para

os municípios, as prefeituras seguem dando continuidade a uma prática de ensino que não respeita o que assegura as leis vigentes, fazendo com que as crianças e os jovens ocultassem sua verdadeira identidade uma vez que a escola não os reconhecia como indígenas do respectivo povo, apenas transmitiam os conteúdos propostos pela Base Curricular Comum exigido pelo Ministério da Educação (MEC) sem fazer menção aos conhecimentos específicos do povo.

A questão indígena passou a tomar uma nova direção após reformulação da constituição de 1988 que assegura os direitos coletivos dos povos indígenas explicitado nos artigos 231 e 232 da referida constituição. Anteriormente a política do Estado em relação aos indígenas era integracionista, sendo que a atual política não reconhecia suas especificidades, e somente a partir da constituição brasileira os direitos indígenas passaram a ser reconhecidos por leis. Nesse sentido, foram criadas novas bases que garantiam os direitos dos povos indígenas, estabelecendo entre eles o direito de usufruir dos recursos naturais existentes, como também a

uma educação específica e diferenciada que surge a partir da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996, cujo artigo 78 dispõe que:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais. Integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

A partir da referida Lei, passou a ser obrigação do Estado elaborar e efetivar políticas que ofereçam aos índios ensino básico e superior que complete sua diversidade, no entanto, para os povos tradicionais a educação Indígena está fundamentada na vivência coletiva, tendo como base os valores dos seus ancestrais, assim como a relação com a terra e o sagrado. Contudo, a educação escolar indígena é desenvolvida com referência nos valores culturais, sociais e históricos do seu povo e,

para tanto, a escola deve se constituir como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade no qual o indivíduo está inserido, valorizando a cultura e a luta das lideranças pelo direito ao território. Neste sentido é perceptível afirmar que a história dos povos indígenas tem sido construída por meio de diversas e distintas estratégias de luta que vem se estendendo a várias décadas, para que assim possam ter em suas comunidades uma educação escolar que surja da autonomia que as comunidades têm de criarem livremente um modo de viver e pensar constituído através do convívio e da vivência com o seu Povo. E desde então as escolas começaram a ofertarem um ensino diferenciado, específico e intercultural desenvolvidos por professores do próprio povo, propiciando uma formação pedagógica de modo à garantir aos educandos conhecimentos que estejam integrados à culturalidade do povo.

Atualmente o ensino e aprendizagem das crianças e jovens são caracterizados pelos seus próprios métodos de ensino fora do

contexto de sala de aula, presentes diante das diversas manifestações culturais dentro do território, nos terreiros de praia, na dança do toré, em confecções de artefatos, na roça, na feira e em convivência no dia a dia, tanto em casa como na comunidade, chamamos de educação indígena; já o que se ensina e se aprende dentro da escola dizemos que é educação escolar. Para a consolidação do processo de educação escolar indígena temos a presença do professor indígena que vem contribuindo para reafirmação da sua história através das práticas pedagógicas desenvolvidas dentro e fora do contexto escolar.

Na concepção do povo Entre Serras um dos fatores que define o perfil do professor indígena é ele não ver a escola como um único lugar de aprendizado, mas como um novo espaço que se integre ao modelo de educação escolar indígena. O perfil do professor Entre Serras se constitui por ele ser comprometido com a causa educacional e a causa indígena, além de se conhecer como Entre Serras, se fazendo presente nos movimentos que envolvem a questão de retomada da terra, da saúde e da

religiosidade, levando em consideração todas as atividades desenvolvidas dentro da comunidade específica; ter uma visão ampla do seu universo sociocultural no qual está inserido quanto do contexto da sociedade envolvente, além de ser participativo, pesquisador, criativo e dinâmico.

4 As Conquistas do Povo Entre Serras

Com a constituição vigente, o Povo Entre Serras, assim como os povos indígenas de todo país, conquistou o direito de ter partes de suas terras demarcadas e após o processo de demarcação do território outras conquistas foram sucedidas como a estadualização das escolas, sob Decreto Estadual de funcionamento nº 27.854. Para obtenção de uma educação escolar específica diferenciada e intercultural que tem como princípio a vivência e a valorização da cultura temos o calendário escolar reformulado e adequado à realidade cultural do povo, neste sentido é incluso os padroeiros de cada aldeia, como

também a tradição da corrida do imbu que acontece entre os meses de fevereiro/ março nos sábados e domingos, sendo que o domingo é considerado com dia letivo.

Além de o calendário escolar ser considerado uma conquista que nos dá o direito de adequar à realidade do povo, temos o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas Entre Serras, um documento único que atende às necessidades de forma unificada de todas as escolas, cuja intencionalidade é acolher os anseios da comunidade educativa, numa perspectiva que venha a traduzir a concepção de homem e de sociedade no qual se deseja formar, promovendo a todos um trabalho interativo, baseado nos eixos temáticos Terra, Organização, História, Identidade e Interculturalidade, norteadores das práticas pedagógicas embasados no Projeto Político Pedagógico Indígena e nos Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, propiciando a interação entre escola-família, escola-comunidade e comunidade-escola, visando a

melhoria da aprendizagem e das relações sociais, garantindo assim a liberdade e a autonomia para a conquista de um espaço de direito, fazendo com que haja a preservação da cultura Entre Serras dentro e fora do contexto escolar. De acordo com Veiga 1996, p. 157:

(...) A primeira ação que me parece fundamental para nortear a organização do trabalho da escola é a construção do projeto pedagógico assentado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como um processo e, ao se constituir como processo, o projeto político-pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado na equipe escolar, enaltecendo a sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico

Contudo, a escola como um local de currículo faz com que construamos com a participação coletiva de todos envolvidos uma prática de ensino que respeite a diversidade cultural, tendo como base a ação educativa da escola onde possam ser atingidos os objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico do povo. Caminhamos no sentido de uma concepção de escola centrada no aluno, na aprendizagem, na criação de

oportunidades educativas e na culturalidade, construindo um delineamento dos percursos da aprendizagem numa perspectiva de fortalecer as práticas culturais dentro e fora do contexto escolar, visto que anteriormente tal prática educativa excluía os saberes específicos dos povos indígenas e somente após o processo de estadualização e das leis vigentes ocorreram as mudanças nas respectivas comunidades que desenvolve uma concepção de sociedade democrática e plural.

Quando as escolas indígenas pertenciam à gestão municipal, as crianças não tinham acesso ao transporte escolar, percorriam uma distância de 2 a 3 km a pé de sua residência até à escola, as mesmas enfrentavam diversas dificuldades até chegarem a seu destino, eram submetidas ao sol, chuva, desgaste físico e psicológico, o que contribuía para a baixa aprendizagem e desmotivação. No entanto, um novo cenário foi estabelecido no ano de 2007, quando as escolas indígenas já estadualizadas foram contempladas com os transportes escolares, ocasionando uma melhoria no

ensino e aprendizagem destas crianças.

Após a conquista do transporte escolar ocorreu um aumento significativo na demanda de alunos, além da criação de novas modalidades de ensino tais como: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA), EJA Médio, Ensino Médio, Normal Médio e Programas Educacionais. Com o fluxo de alunos crescendo se fez necessário contratar novos professores para atenderem a essa clientela. As escolas foram ocupadas com os professores das referidas comunidades que passaram a ter novas formações que abordavam os saberes do povo. Dentre esses professores tivemos a conquista de professores de artes indígenas que desenvolvem um trabalho junto com os alunos, voltado para a sua realidade, possibilitando o fortalecimento dos saberes tradicionais dentro e fora da sala de aula.

Quando as escolas pertenciam às prefeituras apresentavam uma estrutura física bastante precária e padronizadas com apenas uma cozinha, um banheiro, um minipátio e uma sala

de aula que atendia todas as modalidades de ensino desde a 1^a à 4^a séries. Em dias atuais o contexto passou a ser outro: as escolas foram ampliadas devido o aumento contínuo de estudantes e professores, havendo a necessidade de novos espaços para atividades pedagógicas, de lazer, bibliotecas e área de jogos. Com relação aos recursos didáticos, as escolas disponibilizam de equipamentos tecnológicos que são utilizados pelos professores como suporte pedagógico para melhoria das aulas, e o aumento de mobiliários e livros didáticos que são acessíveis a todos os alunos e professores.

As escolas dispõem de merenda centralizada fornecida diretamente da Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDUC), e também a escolarizada que é comprada através da Unidade Executora (UEX) por meio de empenho destinado da própria secretaria. Sendo assim, os alunos se sentem mais motivados com a merenda diversificada que supre a necessidade do alunado, mas para isso a escola adéqua o cardápio que vem da SEDUC para que possa condizer com a realidade alimentar.

Desta forma, as escolas vêm ofertando um ensino significativo propondo espaços interculturais, onde se debatem e se constroem conhecimentos e estratégias sobre a situação escolar, podendo identificar as necessidades existentes para se articular os anseios da comunidade e seus projetos de sustentabilidade territorial e cultural, visto que a partir do diálogo e participação comunitária se define desde o modelo de gestão e calendário escolar em conformidade com todos.

O modelo de gestão das Escolas Entre Serras é reflexo da organização geográfica e política do nosso povo, na qual os indígenas lutaram por uma educação escolar alicerçada na cultura, na história e no fortalecimento da identidade étnica. Por várias décadas passaram por um processo educacional em que as escolas missionárias queriam integrar os índios a uma concepção de sociedade na qual não estavam acostumados. Nesse aspecto,

(...) Estudos mostram que durante todo século XIX e várias décadas do século XX pode-se observar... o grande fluxo de missões religiosas encarregadas da tarefa educacional civilizatória. Em outras palavras, desde a chegada das primeiras caravelas até meados do século XX, o panorama da educação escolar indígena foi um só, marcado pelas

palavras de ordem catequizar, civilizar, e integrar ou, em uma cápsula, pela **negação da diferença** [...] (SILVA & AZEVEDO, 1995, p.150. *apud*. ROCHA, 2005, p.5).

Com a procedência desta ideia política os indígenas seriam inseridos na sociedade nacional onde compartilhariam de uma cultura universal que não reconheciam que os grupos étnicos são historicamente dotados de uma identidade e uma cultura constituída de características próprias. Tendo seus direitos garantidos por Lei constituiu-se um modelo de gestão escolar dentro do povo Entre Serras onde a participação se dá de forma coletiva, em que as decisões são tomadas em conjunto com a equipe de gestão garantindo as responsabilidades individuais em prol do coletivo, baseando-se em normas legais adequadas às necessidades e à realidade do povo. Sendo que o modelo de gestão das escolas Entre Serras busca o envolvimento e participação de toda a comunidade sendo educativa ou não. Como afirma Basto (2009) quando diz que “a gestão escolar é um movimento de participação na medida em que todos acompanham e reagem de imediato às decisões”.

Desta forma o modelo de gestão das escolas tem como base eliminar as marcas do modelo de gestão que foi implantado dentro do território indígena por uma ideia colonizadora, uma vez que a escola era um meio de inserir o ser Entre Serra na sociedade envolvente propondo por meio do processo de ensino e aprendizagem a eliminação dos saberes específicos, de forma que os mesmos tivessem acesso apenas aos conhecimentos de uma cultura que não estavam de acordo com sua realidade, sendo que a gestão escolar inserida dentro do território baseava no modelo organizacional da sociedade brasileira.

(...) Com esse enfoque, administrar corresponderia a comandar e controlar, mediante uma visão objetiva de quem atua sobre a unidade e nela intervém de maneira distanciada, até mesmo para manter essa objetividade e a própria autoridade, centrada na figura do diretor (LUCK, 2000, p.12-13).

No entanto, para desconstruir o modelo de gestão estabelecida pelas gestões municipais foram reformuladas novas organizações com intuito de democratizar e garantir a participação efetiva de todos que fazem parte da

comunidade educativa visto que a organização social do povo é primordial para o bom funcionamento da instituição de ensino, que a partir da nova criação do modelo de gestão uma nova concepção de escola passa a fluir dentro do território, de modo a aprofundar o reconhecimento da diversidade sociocultural dos povos tradicionais.

As lutas dos Entre Serras ao longo dos anos com demais povos indígenas da região nordeste foram de grande relevância para se tornarem reconhecidos pelo estado brasileiro, assim como suas formas de organização numa perspectiva de promover uma educação distinta que se constitui a partir de um modelo de gestão escolar que respeita as decisões democráticas de todo um coletivo visando à priorização dos valores filosóficos e sociais do mencionado povo.

Sendo assim, a gestão escolar do povo Entre Serras envolve diversas funções, dentre elas pedagógicas e administrativas, distribuídas em um conjunto cuja intenção é promover um bom trabalho, uma educação de qualidade em consonância com as

decisões tomadas com a participação de todos, garantindo um processo democrático, de modo que aconteça o comprometimento e responsabilidade de cada um conforme as funções discriminadas que vão de encontro com as normas legais em concordância com corpo docente, lideranças tradicionais, coordenador geral, coordenadores pedagógicos, dois caciques, gestores responsáveis pela instituição de ensino, bibliotecários e chefes de secretarias.

O modelo de gestão das escolas acontece em parceria com a comunidade educativa e outros segmentos da sociedade buscando a colaboração para melhorar o processo educativo em todos os níveis e o fortalecimento da integração entre escola/família e comunidade, atuando de acordo com as Diretrizes e Normas Vigente da Legislação, sendo um espaço onde seus educadores e educandos participem das decisões de forma coletiva e democrática de modo a contribuir na formação do cidadão, tornando-o um ser crítico, solidário, capaz de interagir através de ações que busquem melhorias na qualidade de vida da comunidade

educativa, procurando construir uma educação de qualidade que se constitua em convivência com os membros da comunidade; um modelo de gestão escolar que trata a criança, o jovem e os mais velhos como sujeitos da aprendizagem, onde estarão reafirmando, valorizando e fortalecendo os costumes culturais originando a liberdade pedagógica para desenvolver suas próprias habilidades.

Apesar das conquistas adquiridas ao longo dos anos os povos indígenas continuam lutando e se mobilizando para vencerem as determinações impostas pelo estado brasileiro. Desde 2003 os professores não tem sua situação regularizada, os mesmos em quase duas décadas vem passando por um processo de contratação que se renova a cada ano. Diante desta realidade, os professores vivem dentro de um cenário de incertezas. Contudo seria necessário o desenvolvimento de uma política por parte do estado que priorizasse a efetivação dos professores através de um concurso específico.

O material didático específico é escasso nas escolas do Povo Entre

Serras, os livros utilizados pelos professores são os mesmo usados pelas escolas não indígenas. O pouco material que se tem foi produzido pelos professores através de pesquisa realizada com os mais velhos das comunidades: “Caderno do Tempo”, “Meu Povo Conta”, “Como Dizia Minha Vó”, “Educação Indígena Se Aprende é na Comunidade” e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, também alguns trabalhos manuscritos que são produzidos por alunos e professores e apresentados na exposição intercultural de artes indígenas dentro do povo. Outros problemas enfrentados pelos povos indígenas é a situação dos motoristas que não recebem os salários mensalmente, bem como o desenvolvimento de uma política para transporte indígena que venha regularizar e assegurar a situação dos mesmos. Esses problemas também se refletem com as auxiliares de serviços gerais, merendeiras e porteiros que vivem situações semelhantes, prestam serviços nas escolas por meio de empresas terceirizadas, mas quando demitidos ficam na expectativa de qual

empresa fará a admissão novamente.

O povo Entre Serras tem alguns desafios a enfrentar, dentre eles a conclusão do processo de demarcação do restante de suas terras, como também a estadualização da Escola Nóbrega Localizada na Comunidade Folha Branca e a Escola da Comunidade do Olho D'água do Julião, administradas pelo município localizado dentro do território Entre Serras. Uns dos fatores que vem implicando para o processo de estadualização destas instituições de ensino é a liberação do prédio por parte dos gestores municipais e a entrega da documentação referente às escolas das respectivas comunidades. Para que aja a consolidação dos problemas que os indígenas vêm enfrentando ao longo destes anos, seria necessário o desenvolvimento de uma política que seja condizente com os ideais dos povos indígenas, que pautasse as necessidades destes povos que vem a mais de 500 anos tendo seus direitos violados através do pensamento colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para falar de educação indígena Entre Serras se faz necessário uma breve análise histórica deste povo, reconhecendo os problemas enfrentados até as conquistas atribuídas que vai do direito Constitucional assegurado até as mudanças na prática de ensino e aprendizagem, como a presença de professores indígenas após o processo de estadualização das instituições escolares, bem como a presença de professores de arte indígena, que vêm desenvolvendo um trabalho produtivo dentro e fora do contexto escolar com toda comunidade educativa; acesso ao transporte escolar, à merenda centralizada, além da ampliação do espaço escolar. Anterior ao processo de estadualização, os professores seguiam um modelo educacional colonizador, o qual não atendia as especificidades das comunidades indígenas.

Após o processo de Estadualização ocorreram mudanças significativas acerca da educação indígena e novas práticas de ensino desenvolvidas nos espaços escolares, além de ter sido uma oportunidade para os membros das comunidades

manterem as famílias mais próximas, pois não seriam necessários deslocamentos para trabalharem fora, assim também como garantir a presença dos filhos nas comunidades sem necessitarem se distanciar da aldeia até a cidade para continuarem seus estudos.

O processo de estadualização só foi possível devido a Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação

relativa à criação da categoria escola indígena, reconhecendo-lhe a condição de escola com normas e ordenamento jurídico próprios, garantindo autonomia pedagógica e curricular para essa escola, e também a garantia de uma

formação específica para os professores indígenas, podendo esta ocorrer em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

A mobilização de lideranças Entre Serras, como os demais povos indígenas de Pernambuco foi imprescindível para a consolidação de todo o processo. A educação escolar indígena reflete o futuro, desse modo, a resistência deve continuar sendo a base para esses povos, que mesmo sob pressão de outras culturas não deixaram de lutar pelos seus direitos e por melhoras na educação escolar indígena.

REFERÊNCIAS

BASTOS, João Baptista. Gestão Democrática e Pensamento Liminar. In FREIRE, Wendel (Org) **Gestão Democrática: reflexões e práticas do/no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

FRANCO, Maria Amélia Santoro (2001). A pedagogia como ciência da educação. In: **Anais**. 24º Reunião da ANPED, 2001, Caxambu.

JUREMA, Jefferson; ROCHA (org.). **Ensino de educação física na educação escolar**. Livro didático 2. Natal: Paidéia, 2008.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em aberto**, Brasília. Vol. 17, n. 72. p 11-33, fev/jun, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **As Leis e a Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, 2002.

PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola Entre Serras.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-pedagógico**: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1996